



JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

DECISÃO

Suprido;

Considerando as regras regulamentares contidas no [Capítulo IV da Resolução CJF nº 882, de 2024](#), e alterações posteriores;

Considerando a análise técnica emitida pela Seção de Orçamento e Finanças (4764219);

Considerando o despacho de controle de conformidade emitido pelo Diretor do Núcleo Financeiro e Patrimonial (4765310);

Considerando as disposições contidas na Resolução CJF nº 882, de 2024, e alterações posteriores, bem como os procedimentos, requisitos e limitações indicadas na [CARTILHA DE ORIENTAÇÕES SOBRE SUPRIMENTO DE FUNDOS DA JFPB_R2](#), instituída pela [Portaria da Direção do Foro nº 190, de 2021](#), e atualizada por intermédio da Decisão PB-DSA (4314126);

Considerando a competência delegada por meio [inciso XXIX do artigo 1º da Portaria da Direção do Foro nº 46/2023](#), decido:

1. Aprovar a aplicação e respectiva prestação de contas final, regularmente apresentada pelo Suprido responsável, CARLOS ANTÔNIO ARAÚJO DA SILVA, Matrícula PB587, CPF nº 541.474.684-20, Supervisor da Seção de Transportes da Instituição, referente ao Suprimento de Fundos concedido por meio da Portaria da Direção da Secretaria Administrativa nº 231 (4527876).

2. À [Seção de Orçamento e Finanças-SOF](#) para que sejam efetuados os devidos registros no SIAFI, inclusive quanto à liberação da suprida da responsabilidade vinculada ao ato de concessão do presente Suprimento de Fundos.

3. À [Direção do Núcleo Financeiro e Patrimonial-DNFP](#) para:

3.1. Proceder à **divulgação** da prestação de contas e demais atos de aprovação no portal da internet da Instituição (link <https://www.jfpb.jus.br/index.php/suprimento-de-fundos>);

3.2. Realizar o registro para fins de **controle anual de fracionamento indevido de despesas** por suprimentos de fundos se pertinente.

4. À [Seção de Auditoria Interna-SAI](#) para as providências pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTINO PIERRE DA COSTA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA**, em 13/12/2024, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4765837** e o código CRC **C5CE6E69**.